



## Mata Atlântica e a História Colonial

Haruf Salmen Espindola <sup>1</sup>

### RESENHA DO LIVRO:

Cabral DC 2014. *Na Presença da Floresta*. Mata Atlântica e História Colonial. Garamond, Rio de Janeiro.

**D**ioogo de Carvalho Cabral é geógrafo do IBGE e atua na pós-graduação. Suas pesquisas se concentram nas áreas da História Ambiental, História Regional, Ecologia Aplicada e Geografia Humana/Ambiental. A opção pela interdisciplinaridade está presente em seus trabalhos. Na minha leitura atenta e demorada do seu magnífico trabalho “Na Presença da Floresta”, deixei o prefácio para o final, por receio de ser influenciado pelo prefaciador: o sociólogo José Augusto Drummond, uma das referências nos estudos ambientais dentro da área das Ciências Humanas. Foi uma decisão acertada evitar qualquer opinião antecipada, inclusive do próprio autor, expressas no ensaio que antecede os capítulos, como uma espécie de introdução.

O prefaciador apreende com perfeição o estilo do texto e, em poucas páginas, fornece dicas importantes para o leitor. Achei muito pertinente a associação leitor/viajante, pois de fato a leitura se torna uma viagem, na qual se deve vislumbrar “cada parte da paisagem histórica por muito tempo e por várias vezes”. Também acerta ao dizer que Cabral “sabe aonde quer ir”. Drummond enquadra a obra de Diogo entre os poucos livros transformadores que leu, pela capacidade de mudar a pessoa do leitor. Em sua opinião, a obra tem a amplitude dos clássicos, que interpretaram o “Brasil profundo”. Nada vou dizer sobre a tese central que guiou toda a escrita do autor nem sobre o comentário feito pelo prefaciador, mas recomendo ao leitor empreender essa viagem “*Na Presença da Floresta*”.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Vale do Rio Doce, Brasil. harufse@gmail.com

No ensaio-artigo que aparece antes dos capítulos, como uma forma de introdução, Diogo Cabral deixa claro sua posição e opções, além do entendimento que tem do ofício de historiador ambiental, no qual se enquadra. Ele compartilha a premissa de que os seres não-humanos são tão sujeitos históricos como os humanos e, mais ainda, são nossos *companheiros* de existência. O objeto do autor é o encontro biofísico e cultural que ocorreu nas terras florestadas, no qual a Mata Atlântica foi um sujeito central na trama histórica. Ele fundamenta sua posição com uma ampla discussão, recorrendo a diversos autores, transitando entre historiadores ambientais, filósofos, romancistas, geógrafos, entre outros. Ao tratar dos conflitos, esses ficam restritos à dimensão social, porém eles têm a função de demonstrar que estava em jogo o controle e usufruto da Mata Atlântica. Como o leitor pode questionar que são utilizadas muitas fontes referentes as épocas distantes uma das outras e espaços desconectados, o autor antecipa, esclarecendo que não se prendeu a cronologia, que seu trabalho é de síntese e que trata de uma história temática.

Posso afirmar que aprendemos com cada capítulo, com cada temática abordada e, o mais importante, Diogo não perde o fio da miada. Tudo está amarrado na sua tese, todos os detalhes importantes; mesmo quando envereda por digressões longas, aprendemos a ver a história pelo olhar do historiador ambiental. O corpo do livro está dividido em três partes, estruturadas a partir das categorias técnica, política e economia. A primeira parte, que segundo o autor seria um “quadro geral da ‘civilização material’, trata das “técnicas que os habitantes da América portuguesa utilizaram para se inserir no sistema biofísico” da Mata Atlântica: a ideia do “mato”, o uso do fogo, o cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, as embarcações de madeira, a escravidão africana e afro-brasileira e os ambientes urbanos. A segunda parte enfoca a “dinâmica política” das últimas décadas do período colonial. O autor afirma seguir o “receituário da ecologia política”, concentrando-se nos conflitos surgidos da “tentativa da Coroa portuguesa de assegurar para si” o direito exclusivo de explorar certas madeiras de interesse da construção naval. A terceira parte evidencia a importância dos atributos não humanos e se utiliza da história comparada, avaliando a economia da madeira da América portuguesa em relação à América inglesa. Esse estudo comparativo permite expor e demonstrar a tese do autor, dando-lhe uma confiabilidade significativa. Compartilho com o prefaciador a opinião de que essa é a parte mais rica do trabalho produzido com tanto talento pelo Diogo Cabral.

O título “Mata Atlântica & Técnica” (primeira parte) se divide em sete capítulos, constituindo-se a maior parte da obra. O roteiro seguido está estruturado em torno da tese de que a sociedade colonial era uma sociedade da madeira, pois em tudo dependia dela, uma “civilização da madeira”. O

autor busca mostrar “como o *façer técnico global* que sustentava a socioeconomia na América portuguesa se desenvolveu no seio das florestas costeiras”. A floresta ofereceu recursos e impôs constrangimentos aos humanos adventícios e autóctones, que cooperaram e se chocaram com eles. Assim, os não humanos são tão agentes como os humanos, podendo ocorrer situação de conflito ou cooperação, exigindo, portanto, negociação. Portanto, os não humanos são partes ativas do processo de elaboração dos meios materiais, dos sistemas de ação e das operações mentais que permitiram construir e constituir as vidas de todos no período colonial. Os portugueses teriam criado na Mata Atlântica uma “Neo-Europa”, porém no lugar de impor, “mergulharam até o pescoço num caldeirão antropogeográfico que fez de seus filhos e netos gente dificilmente aceita em seu próprio país de origem”.

A segunda parte, com o título de “Mata Atlântica & Política”, cinco capítulos estão construído seguindo um roteiro que estrutura a escrita numa sequência temática interligada e sucessiva: a “política estatal” de controle da floresta para reservar a si as madeiras de lei de interesse para a construção naval; a resistência encontrada pela política estatal obriga as autoridades a adaptarem-se as circunstâncias; intelectuais ilustrados a serviço do Estado, encarregados de examinar *in loco* a situação, produzem um discurso de defesa da floresta, porém ao denunciarem os lavradores (roceiros) como destruidores da floresta e seus recursos, escondem segundas intenções; crítica ao conceito de “mata virgem” elaborado pelos ilustrados e utilizado pelo Estado, contrapondo-o à tese de que a Mata Atlântica é um “mosaico” de florestas em estágios diferentes de intervenção humana, com sua própria entelêquia e agenciamento; e a síntese, na qual mostra que o discurso contra o roceiro servia aos proprietários (senhores de engenho), sendo que a política estatal sobrecarregava (expropriava) os “roceiros” e eximia das “obrigações regias” a nobreza da terra.

A tese que estrutura a escrita fundamenta-se na negação da “Mata Atlântica” como palco e sua afirmação como “conjunto de agentes na trama sociopolítica da conquista e da colonização da América pelos portugueses”. Diogo toma o espaço geográfico “como uma arena” de diversos e conflituosos “sentidos da vida”. As fontes históricas, apesar de produzidas pelos humanos, permitiriam ler as “situações espaciais de multivocalidade e multiagencialidade”, de uma “socionaturezas essencialmente descentralizadas”. Mesmo que os ilustrados não reconhecessem os subalternos (humanos e não humanos) como “súditos portadores de direitos, esses seres eram, de fato, sujeitos na conformação daquela situação ‘social’”. A floresta se tornava escassa, não porque materialmente diminuísse (visto que não houve catastrófica redução das florestas), mas pelo conflito “em torno da repartição dos custos e benefícios do desflorestamento entre os agentes envolvidos”.

A terceira e última parte (Mata Atlântica & Economia) trata do destino que os colonizadores deram à “abundância e variedade de biomassa vegetal”, ou seja, como se saíram na transformação do “estoque florestal em recursos produtivos”. A avaliação do papel da madeira na economia colonial brasileira é feita pelo estudo comparativo com a América inglesa. As duas costas atlânticas (sul e norte) cobertas de floresta eram igualmente importantes para suas metrópoles europeias, além de possuir elementos comuns. Entretanto, o que importa a Diogo são as diferenças, tanto em relação às variáveis biofísicas e composição florestal (coníferas vs. angiospermas), como em relação às instituições, heranças culturais, projetos políticos, políticas estatais para as colônias, mercados para os produtos coloniais, oferta de capital e trabalho, instituições e valores socioculturais. Os quatro capítulos tratam dos “diferentes modos de relação humana com o restante da biosfera”, possibilitando a demonstração da tese central do autor, em torna da qual todo o livro foi construído. Primeiro trata da exportação de madeiras, analisando as quantidades e valores exportados. A conclusão é a significativa importância quantitativa e qualitativa da economia madeireira para a América inglesa, contrastando-se com a pequena importância que teve na economia da América portuguesa. As colônias norte-americanas tiraram proveito da biomassa florestal, mas “a economia brasileira dissipava grande parte dessa matéria no seu metabolismo produtivo”.

Os capítulos seguintes apresentam as variáveis que explicam as diferenças entre as duas áreas coloniais do continente americano, bem como as consequências para a biosfera de ambas as regiões. “O fardo da distância” trata dos custos de transporte, da relação entre indústria madeireira e construção naval, do negócio de transporte marítimo, da política fiscal e do mercado madeireiro. O assunto do capítulo seguinte é geografia física e biológica das terras tropicais. Utilizando o conceito de *staple* (“modelo de crescimento econômico baseado na extração e exportação de matérias-primas brutas ou semiprocessadas”) o autor mostra como e o porquê da América inglesa desenvolver uma economia da madeira e a estreita relação disso com a presença das coníferas e a existência de um mercado externo formado pelas ilhas caribenhas produtoras de açúcar. No caso da América portuguesa inexistiu esse mercado externo, além da expressiva biodiversidade e dos angiospermas não ajudarem, ao contrário, foram “ossos duros de roer”, impedindo a formação de uma economia madeireira. O quarto capítulo finaliza a discussão proposta nessa terceira parte, por meio de três categorias (“*habitat*, povoamento e estrutura econômica interna”) que diferenciam a economia da madeira nas áreas de colonização portuguesa das áreas inglesas na América. O autor demonstra que as diferenças impediram a formação do mercado interno e, ao mesmo tempo, bloquearam a transformação dos angiospermas em *commodity*.

Assim refuta a tese de Warren Dean (1932 - 1994) sobre a devastação da Mata Atlântica e, ao mesmo tempo, afirmar sua própria tese.

Um capítulo final funciona como conclusão, no qual o autor retoma todas as questões abordadas, reafirma a tese e, ao mesmo tempo, demonstra seu compromisso com a história ambiental.

Diogo encerra com uma recomendação:

... para o historiador ambiental, não se trata apenas de repovoar as paisagens históricas com a vida e o trabalho dos grupos *humanos* subalternos, como os ameríndios e os escravos africanos. Porque um projeto como esse mantém a dicotomia entre atores/personagens e palco/cenário. Por outro lado, se animamos a paisagem ela mesma – mostrando que, na verdade, não há qualquer palco para a Histórica –, tudo, absolutamente tudo, imbuí-se de ação e agência, e o mundo torna-se mais colorido, interessante e significativo. (p. 497-498)

Como disse antes, não vou mencionar a tese central que guiou a escrita de Diogo Cabral, pois seria como contar o final de um filme. Posso dizer, no entanto, que é inovadora, audaciosa e polêmica. Tem o impacto de contradizer Warren Dean, cuja obra consagrada tornou-se referência largamente repetida. Nesse sentido, é uma importante contribuição para o desenvolvimento da História Ambiental dos países lusófonos, além de se constituir numa provocação interdisciplinar às outras especialidades da História e às demais áreas disciplinares das Ciências Humanas e Sociais. A tese central proposta e desenvolvida, realmente, muda a perspectiva dominante que temos da história da América portuguesa, não apenas no aspecto ambiental, mas abarca todo o processo de formação histórica do território. Como disse nos parágrafos anteriores, trata-se de uma leitura lenta, mas com coerência interna, originalidade e de grande relevância científica e social. É uma leitura obrigatória para historiadores ambientais, porém seu alcance é maior, pois interessa a todos estudiosos da história colonial do Brasil e aos pesquisadores interessados nas questões ambientais. Digo ainda mais, é uma obra que interessa e pode ser lida pelo público em geral, desejoso de conhecer mais sua própria história.

## REFERÊNCIAS

Cabral DC 2014. *Na Presença da Floresta*. Mata Atlântica e História Colonial. Garamond, Rio de Janeiro.

## The Atlantic Forest during Colonial History

Submissão: 23/04/2015

Aceite: 21/05/2015